



Chrys Chrystello*

A Páscoa já não é o que era (Parte 1)

Em 1967 já não tinha a avó paterna, em 1989 perdi a avó materna, em 1992 deixei de ter o meu pai e em 2021 deixei de ter a minha mãe para passar a Páscoa, no ano em que as nossas festas, procissões e outras manifestações atávicas de atraso cultural foram definitivamente eliminadas em nome da saúde pública que nos purificou de hábitos ancestrais arraigados. Assim, seja natal, páscoa, ou outra festividade judaico-cristão o governo decreta confinamento, proibição de circular entre concelhos ou outra medida que nos impeça de efetivamente celebrarmos tais datas. A desculpa é de o “bicho,” o “vírus” não gostar de ajuntamentos. +passados três anos sorrio ao lembrar essa justificação.

Uma recordação duradoura, indelevelmente associada à infância é a dos saltimbancos que apareciam na época da Páscoa, para fazerem as suas acrobacias na rua em troca de tostões. Eram em geral famélicos e escanzelados e divertiam-nos com as suas habilidades. Iam desde os palhaços a um outro a vomitar fogo, outros marchando em cima de dumas “andas” que chegavam ao primeiro andar onde eu os observava, e outros números que a memória deixou escapar. Nunca excediam uma meia dúzia de artistas que assim ganhavam a vida: o que mais me espantava é que houvesse já mulheres naquele meio, numa era em que estavam quase totalmente apagadas da sociedade caseira que lhes era imposta.

Não posso precisar quantas vezes estive na minha transmontana aldeia da Eucísia (Alfândega da Fé, pelo menos uma vez ao ano - todos os anos entre 1954 e 1967), mas lembro, em particular uma Páscoa, talvez em 1959, quando se juntaram os tios, primos e primas, do clã Magalhães, desde o Sendim da Ribeira ao Azinhoso (Mogadouro), ao Porto e a Vila Real quando a enorme sala de jantar “velha” (que fora o quarto do meu bisavô) era pequena para tanta gente. Estava a abarrotar e até se conseguiu encher a mesa comprida de doze lugares na sala de jantar “nova” dos meus avós. Havia duas cozinhas a funcionarem. As enormes salas cheias de gente. Essa será a única Páscoa que consigo evocar vivamente, e em detalhe, apesar de muito jovem. No dia seguinte a refeição foi na casa do Tio Acácio, na Quinta, cuja varanda era pequena para tanta gente. A família toda junta, coisa importante e hoje raramente vista.

Todas as outras celebrações pascais se perderam na voracidade do anonimato e da rotina. Ou então condensei-as todas numa só. Aquela perdurou, assim como a comunhão solene da primita na Páscoa de 1962, onde também estiveram todos, enchendo todos os quartos e camas disponíveis nesse outro enorme casarão do Azinhoso. A Quinta da Eucísia é hoje Turismo Rural Bela Vista, explorado pela Beatriz, prima direita da mãe e da minha idade.

Recordarei sempre o hábito medieval de colocarem as colchadas-mascadas pendentes das ventanas (tal como aqui nos Açores continuam a fazer). Essas janelas, pequenas como seteiras, a que chamávamos “janelucos” eram demasiado exíguas para dois adultos verem os andores, mas dispunham de pequenos assentos, um de cada lado, onde a avó materna e as tias, raras vezes, se sentavam a ver quem passava, tricotando ou crochitando. Desses “janelucos” as sempre pressurosas criadas deitavam os “verdes” para a rua (folhas frescas apanhadas nas imediações, eram só verdes e não desenhos elaborados de verdes e flores como aqui nos Açores) aquando da passagem de qualquer procissão, especialmente a pascal.

O momento alto das celebrações, era a sempre muito esperada cerimónia do benzer da casa, o padre, o sacristão e acólitos, com toda a parafernália, subiam os 13 degraus e no hall de entrada provavam um cálice do melhor vinho do Porto de casa, diante da família – vestida a preceito pascal - toda reunida para receber as bênçãos que nos iriam manter santificados nos próximos doze meses. Mas nem todas as benzas, bênçãos e bênçãos chegaram para salvar a família das leis inexoráveis da morte, assim como não bastaram para salvar a casa, mas nesses dias e nesses locais, serviam para manter viva a fé dos crentes que ali habitavam e delas necessitavam.

Sorrio ao imaginar como não estaria “animado” (“pingado”) o padre ao chegar à nossa casa, no começo da aldeia. Ou parava lá logo no início da procissão antes de percorrer o resto da aldeia? Creio que a rota era esta pelo que só estaria “animado” quando regressasse à igreja. Todas as casas teriam Vinho do Portopara lhe dar a provar ou uma pinga de

“americano” espécie de vinho fino, adamado e adocicado, equivalente ao vinho de cheiro micaelense.

Em Portugal a vinha americana aparece na sequência da destruição das vinhas pela filoxera em 1870. Por ser imune à praga possibilitou que nela se passassem a enxertar as grandes castas. É o vinho que resulta da fermentação da uva morangueira ou americana, (híbrido de vinhas americanas com europeias) conhecido por “vinho americano” nalgumas regiões do País e nos Açores de “vinho de cheiro” feito com a casta Isabelle. À semelhança de outras castas, a uva morangueira é rica em antioxidantes, potássio, magnésio, ácido fólico, vitamina B6, flavonoides e resveratrol, que atuam contra as doenças cardiovasculares e cancro. A comercialização está proibida há vários anos, mais pela concorrência feroz que fazia aos vinhos de mesa tradicionais, do que pelos malefícios para a saúde que estão relacionados com a presença de metanol no vinho (era proibido fabricar no tempo do Salazar para proteger as castas mais ricas).

A pior páscoa da história português já foi há mais de 500 anos... Com a ascensão de D. Manuel I ao trono, em 1495, os castelhanos escravizados foram libertados. Todavia, o casamento do rei com a princesa Isabel da Espanha colocou os judeus novamente em clima de tensão, porque o contrato de casamento exigia a expulsão dos hereges (mouros e judeus).

O rei tentou que a princesa reconsiderasse (precisava dos capitais e do conhecimento técnico dos judeus para o projeto de desenvolvimento), mas foi em vão. Em 5 de dezembro de 1496 assinou o decreto de expulsão dos hereges, concedendo-lhes prazo até 31 de outubro de 1497 para deixar Portugal. Aos judeus, o rei permitiu que optassem pela conversão ou desterro, esperando que muitos se batizassem. D. Manuel não faz preparativos para o embarque dos judeus; em abril de 1497, o rei manda sequestrar as crianças judias menores de 14 anos, para serem criadas por famílias cristãs, o que foi feito com grande violência. Em outubro desse ano, os que ainda resistiam à conversão, foram arrastados à pia batismal pelo populacho, incitado por clérigos fanáticos e com a complacência das forças policiais. Ao isentar de inquérito ou perseguição religiosa todos os Cristãos-Novos durante vinte anos na prática significava que mesmo depois de batizados poderiam continuar a ser judeus; e, finalmente, no momento do embarque, manda batizar à força os últimos renitentes. A maior parte fica em Portugal como Cristãos-Novos mas a comunidade judaica desaparece, enquanto entidade autónoma.

Para Eduardo Mayonne Dias ((Universidade of Califórnia, Los Angeles) na sua obra “Os criptojudéus da Faixa Fronteiriça Portuguesa”), D. Manuel não tinha qualquer interesse em expulsar a comunidade, que constituía um destacado elemento de progresso na economia e nas profissões liberais. A sua esperança era que, retendo os judeus no país, os descendentes pudessem eventualmente, como cristãos, atingir um maior grau de aculturação. Os judeus, as fortunas e capacidades de trabalho, permaneciam no país, ao serviço do reino. D. Manuel pode proclamar a “limpeza” de Portugal e desfrutar do que sempre possuiu, mas a maioria dos judeus, resolve abandonar o país. O rei, ao ver por terra a estratégia, manda fechar os portos para impedir a fuga - menos o de Lisboa. Ali se concentraram 20 mil, que esperavam transporte. D. Manuel, assustado com a ideia de que pudessem esconder as crianças e que a decisão tomada em Estremoz viesse a extravasar, determinou que a ação fosse executada no domingo de Páscoa.

É de se notar a desigualdade, pois os mouros, como os judeus, eram passíveis do decreto de expulsão. Não lhes tiravam, porém, os filhos. Por que razão se haveriam de poupar os mouros? A resposta a esta indagação encontra-se no comentário do cronista Damião de Goes a respeito do assunto. Assim os judeus não tinham quem os protegesse, enquanto os árabes possuíam príncipes e reinos poderosos que poderiam pôr em perigo a estabilidade portuguesa e vingar-se em súbditos que vissem nos seus territórios. Damião de Goes, dentro da conceção, na época universal, de que os judeus constituíam uma nação, pois sempre foram chamados “os da nação”, compreendeu que sem impérios, reinos, vilas ou poderosos príncipes que os defendessem, os judeus estariam à mercê dos perseguidores, que poderiam fazer o que bem entendessem.

Continua

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício nº 297713